

O DESEMPENHO NA ÓTICA DAS CONTAS REGIONAIS

*Adalberto Alves Maia Neto**
*Jorge Accurso**
*Juarez Meneghetti**
*Maria Helena Sampaio**
*Yara Prange**

Desempenho global

A economia brasileira encerrou a década com um desempenho que se aproxima bastante ao de nove anos atrás. Embora ainda sem uma estimativa mais completa para o ano por parte do IBGE, as informações até o terceiro trimestre, assim como as estimativas do IPEA, apontam uma taxa negativa do produto ao redor de -4,0%, com uma redução de 6,0% no PIB "per capita". Esse desempenho é apenas superior ao de 1981, pior ano da década, quando o PIB decresceu 4,4%. Isso significa que a economia brasileira teve um crescimento acumulado, nestes 10 anos, de apenas 17,2%, contra 128,9% da década anterior. A magnitude dos números revela a extensão da crise por que passa a economia brasileira, com o PIB "per capita", em 1990, sendo 5,5% inferior ao de 1980.

Tabela 1

Taxas de crescimento, segundo as classes de atividade econômica, do produto real do Brasil — 1988/90

DISCRIMINAÇÃO	1988	1989	1990 (1)
Total	-0,3	3,6	-3,9
Agricultura	-0,4	2,2	-4,2
Indústria	-2,5	3,9	-7,5
Serviços	2,2	3,7	-0,1

FONTE: IBGE.

(1) Dados até setembro.

* Economista da FEE.

O crescimento negativo do PIB em 1990 já era previsto a partir dos desdobramentos do Plano Collor. Uma vez que a taxa inflacionária se mostrou mais resistente que o esperado, acentuaram-se as intenções recessivas da política econômica. Os reflexos dessa política tornaram-se mais nítidos ao fim do segundo trimestre, com o PIB decrescendo 9,2% em relação ao segundo trimestre de 1989. Mesmo assim, a meta principal, que era o controle do processo inflacionário, não foi atingida. Em dezembro, a inflação voltou a beirar a taxa de 20,0% ao mês.

O fraco desempenho da economia em 1990 foi fundamentalmente determinado pelo decréscimo do produto da indústria, com uma taxa de -7,5% até setembro, destacando-se a indústria de transformação, com -8,6%, e a da construção civil, com -9,3%. Contribuíram também para a taxa negativa os desempenhos do comércio (-5,5%) e da lavoura (-10,1%). Ressalta-se que apenas o setor industrial foi responsável por uma queda de 3,5% no PIB global.

Nesse contexto de crise, a economia gaúcha teve um desempenho levemente superior ao da nacional, com uma taxa estimada de -3,5% para o PIB e com uma redução de 4,7% no PIB "per capita". Essa "performance" só é similar à dos piores anos da década para o Estado - 1981 e 1988 -, quando o PIB decresceu a taxas de -3,4% e -3,7% respectivamente. Na década como um todo, o produto teve um crescimento acumulado de apenas 23,6%, que contrasta fortemente com os 150,1% da década anterior. O PIB "per capita" do final da década é apenas 3,8% superior ao do início.

Tabela 2

PIBcf em valores correntes, estrutura, índice do produto real, deflatores implícitos e taxas de crescimento, por setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 1990

SETORES	VALORES CORRENTES (Cr\$)	ESTRUTURA DO PIBcf (%)	ÍNDICE DO PRODUTO REAL (1975=100)	DEFLATORES IMPLÍCITOS (1975=100)	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)
PIBcf.....	2 126 294 118 651	100,00	177,23	1 568 504 905,28	-3,5
Agricultura	174 893 726 284	8,23	141,38	896 796 395,48	-4,5
Indústria	683 069 941 486	32,12	169,67	1 696 547 038,57	-9,2
Serviços	1 268 330 450 881	59,65	194,51	1 673 316 087,06	0,2

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Estimativas preliminares.

Assim como no País, o desempenho no Estado, em 1990, foi fundamentalmente determinado pelo setor industrial, com um crescimento estimado de -9,2%, destacando-se a indústria de transformação, com -10,1%. Apenas a queda do PIB industrial gerou um impacto de -2,9% no PIB global do Estado. Saliente-se, ainda, a queda de 4,5% no PIB da agropecuária, com um impacto de -0,7% no PIB global, e o acréscimo no setor serviços de 0,2%, com um impacto de 0,1%.

Tabela 3

Taxas de crescimento do PIBcf, por ramos de atividade econômica,
do Rio Grande do Sul — 1988-90

ESPECIFICAÇÃO	1988	1989 (1)	1990 (2)
PIBcf.....	(1)-3,7	5,8	-3,5
Agricultura.....	(1)-7,4	18,7	-4,5
Indústria.....	-3,8	2,5	-9,2
Indústria de transformação.....	-3,6	1,7	-10,1
Construção civil.....	-3,0	7,9	-2,4
Serviços industriais de utilidade pública.....	-6,9	4,7	-
Extrativa mineral.....	4,4	-7,1	-5,6
Serviços.....	-2,7	4,7	0,2
Comércio.....	-13,4	3,7	-8,0
Comunicações.....	8,1	12,0	13,0
Demais subsetores.....	0,0	4,5	1,6

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Reestimativa. (2) Estimativas preliminares.

Tabela 4

Estrutura, taxas de crescimento e impactos, por ramos de atividade,
do PIBcf do Rio Grande do Sul — 1990

DISCRIMINAÇÃO	ESTRUTURA	TAXAS	IMPACTOS
PIBcf	100,00	-3,5	-3,5
Agricultura	14,54	-4,5	-0,7
Indústria	31,58	-9,2	-2,9
Serviços	53,88	0,2	0,1

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Os dados preliminares permitem concluir que o pior desempenho da economia brasileira com relação à sul-rio-grandense tem como principal explicação o peso maior da indústria brasileira na composição do PIB global. Apesar de a indústria nacional ter tido um desempenho superior ao da gaúcha, seu impacto no PIB global brasileiro foi mais negativo.

Tabela 5

PIBcf "per capita" do Rio Grande do Sul — 1988-90

ANOS	PIBcf "PER CAPITA"		
	Valores em Preços Correntes (Cr\$)	Índices do Produto "Per Capita"	
		Base 1975	Variação anual (%)
1988	597,81	144,70	-5,0
1989	9 093,28	151,02	4,4
1990 (1)	237 805,45	143,91	-4,7

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 6

Estrutura do PIBcf, a preços correntes, do Rio Grande do Sul — 1988-90

ESPECIFICAÇÃO	(%)		
	1988	1989	1990 (1)
Agricultura.....	9,62	8,98	8,23
Indústria.....	36,86	35,54	32,12
Serviços.....	53,52	55,48	59,65

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 7

Estrutura do PIBcf, a preços constantes, do Rio Grande do Sul — 1988-90

ESPECIFICAÇÃO	1988	1989	1990 (1)
Agricultura.....	12,96	14,54	14,39
Indústria.....	32,59	31,58	29,70
Serviços.....	54,45	53,88	55,91

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Desempenho setorial

Agricultura

As estimativas preliminares da agropecuária no Rio Grande do Sul, no ano de 1990, apontam um crescimento negativo de 4,5% no produto gerado. Tal comportamento contrasta fortemente com o desempenho do ano de 1989, quando esse segmento apresentou uma ótima "performance", crescendo a uma taxa de 18,7%.

A agropecuária brasileira, segundo informações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o terceiro trimestre de 1990, decresceu 4,2%,¹ com uma redução de 10,1% para a lavoura e um crescimento de 7,0% para a pecuária.

¹ Contribuíram para a taxa negativa da agropecuária brasileira até o terceiro trimestre de 1990 os cinco principais produtos da lavoura: o arroz (-32,4%), a soja (-17,0%), o milho (-19,5%), o café (-6,0%) e o algodão (-2,4%), enquanto a pecuária apresentou um bom desempenho em igual período.

O desempenho do setor agrícola do Rio Grande do Sul também pode ser analisado pela ótica do Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos², o que possibilita examinar desagregadamente o comportamento da lavoura e da pecuária. Para o ano de 1990, o VBP apresentou uma taxa negativa de 2,0%, com um decréscimo de 3,8% para a lavoura, enquanto a pecuária cresceu 3,0%.³

O crescimento negativo do setor lavoureiro deveu-se, fundamentalmente, à queda de 19,5% na produção física do arroz. Retirando-se do cálculo a orizicultura, tem-se um incremento positivo de 3,0% para a lavoura gaúcha, pois os demais produtos apresentaram um acréscimo na produção física, devendo ser destacados: o milho (10,4%), a soja (0,3%), o trigo (3,7%), o fumo (1,7%) e a mandioca (5,2%). Como, na composição do VBP da lavoura, o arroz e a soja participam com aproximadamente 60%, o crescimento dos demais produtos não foi suficiente para compensar o fracasso da lavoura arroseira e o insignificante crescimento da soja.

Para a safra 1989/90, o arroz, o milho e o trigo tiveram acréscimos na área plantada, o mesmo não acontecendo com a soja, que apresentou uma redução de 4,4%. Já em relação à área colhida, a soja e o arroz tiveram uma diminuição de 4,2% e 13,2%, enquanto o milho e o trigo apresentaram um incremento de 4,7% e de 20,9% respectivamente.

No que se refere à produtividade, em decorrência do comportamento das variáveis acima analisadas, devem-se destacar a soja e o milho — mas principalmente a soja —, que, pelo segundo ano consecutivo, apresentaram um ganho da ordem de 5,9% e 4,3% na relação produção física/área colhida, enquanto as culturas de arroz e de trigo tiveram uma redução de 6,1% e de 16,7% respectivamente.

A produção animal, que engloba a pecuária de corte e derivados, apresentou um crescimento de 3,0%. Esse desempenho foi reflexo do crescimento de 17,8% na avicultura e de 4,2% na suinocultura e do decréscimo de 12,0% na bovinocultura e de 1,5% na produção de leite.

² São considerados como principais produtos da agropecuária: o arroz, a soja, o milho, o trigo, o fumo, a mandioca, o feijão, a batata-inglesa, a cana-de-açúcar, a cebola, a banana, a uva, a laranja, os bovinos, os suínos, os ovinos, as aves, o leite, a lã e o mel, que, juntos, representam mais de 90% do VBP do setor.

³ As taxas brasileiras referem-se ao VBP.

Tabela 8

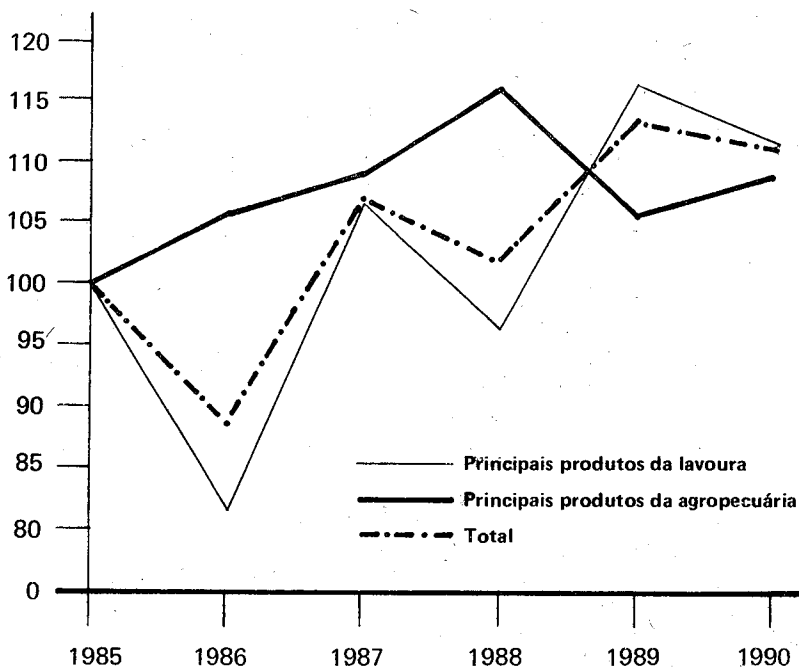
Varição percentual da produção física, da área colhida e da produtividade de produtos selecionados da lavoura do Rio Grande do Sul — 1990

PRODUTOS	PRODUÇÃO FÍSICA	ÁREA COLHIDA	PRODUTIVIDADE
Arroz	-19,5	-13,2	-6,1
Trigo	3,7	20,9	-16,7
Soja	0,3	-4,2	5,9
Milho	10,4	4,7	4,3

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

GRAFICO 1

ÍNDICES DE "QUANTUM" DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGROPECUÁRIAS E TOTAL NO RIO GRANDE DO SUL — 1985-90



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm como base 1985=100.

No Rio Grande do Sul, a bovinocultura vem perdendo historicamente posição para a avicultura, sendo que, a partir de 1987, a cultura avícola passou a ser o principal produto da pecuária. Hoje, ela representa aproximadamente 29,1% do VBP desse segmento, enquanto os bovinos participam com cerca de 18,0%.

Ao se analisar a evolução dos preços do setor no ano de 1990, observa-se que a relação de troca entre a agropecuária e os demais setores da economia continua desfavorável para os agricultores. No período de janeiro a dezembro, o Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR) registrou uma variação de 2.728,6%, enquanto o Índice de Preços Pagos pelos Produtores (IPP) teve uma variação de 3.021,5%. Comparando-os com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) calculado pelo IBGE, com uma variação média de 3.118,4%, os preços agrícolas registraram uma perda de 12,5%, enquanto os preços dos insumos ficaram 3,1% abaixo do IPC.

Indústria

A indústria do Rio Grande do Sul apresentou uma retração de 9,2% no seu produto, no ano de 1990. No Brasil, por sua vez, até setembro, observou-se um decréscimo de 7,5%. O fraco desempenho no Estado refletiu a redução verificada no valor agregado da indústria de transformação (-10,1%), da extrativa mineral (-5,6%) e da construção civil (-2,4%).

Indústria de transformação

O valor agregado da indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentou uma retração de 10,1% em 1990. Esse decréscimo é bastante significativo, só sendo comparável, na década, ao do ano de 1981, quando a atividade manufatureira sofreu uma queda de 12,8%. Ainda que essa taxa tenha um caráter preliminar, uma vez que se baseia em informações até o mês de outubro, é pouco provável que a tendência observada ao longo do ano sofra alterações significativas nos últimos dois meses. A indústria de transformação brasileira, por sua vez, apresentou um desempenho negativo de 8,6% até o terceiro trimestre de 1990, segundo o IBGE.

O mau desempenho apresentado pela indústria de transformação gaúcha está inserido no cenário recessivo da economia brasileira em 1990, decorrente das medidas adotadas pelo Plano Collor no intuito de rever-

ter o processo inflacionário. Os efeitos dessa política se fizeram sentir com maior intensidade justamente no setor manufatureiro, com forte queda na sua demanda, tanto externa quanto interna. Utilizando-se os índices de produção física elaborados pelo IBGE (Tabela.9), constata-se a grande retração ocorrida na atividade após a implementação dessas medidas em todas as regiões e estados pesquisados. Chama atenção o fato de que as mais elevadas contrações da produção ocorreram nos estados de maior participação na estrutura produtiva do País (exceto Minas Gerais): São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Tabela 9

Taxas médias de crescimento da produção da indústria de transformação,
por estados selecionados, do Brasil — 1990

DISCRIMINAÇÃO	(%)					
	ATÉ MARÇO	ATÉ ABRIL	ATÉ MAIO	ATÉ JUNHO	ATÉ SETEMBRO	ATÉ OUTUBRO
Brasil.....	3,7	-4,4	-5,9	-8,7	-8,6	-8,5
Pernambuco	0,5	-6,2	-9,0	-11,1	-11,2	-12,1
Bahia	-3,8	-7,5	-4,8	-2,9	-2,2	-2,9
Minas Gerais	0,1	-5,5	-6,0	-3,9	-2,3	-2,0
Rio de Janeiro	0,0	-6,6	-8,0	-9,8	-11,4	-11,2
São Paulo	4,1	-5,0	-6,9	-11,8	-11,1	-10,8
Paraná	7,8	-1,1	-2,7	-2,9	-2,4	-2,3
Santa Catarina	9,9	1,9	-0,4	-2,7	-3,6	-3,8
Rio Grande do Sul	0,2	-7,1	-9,2	-11,3	-10,5	-10,3

FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior.

No que se refere especificamente ao desempenho da indústria suíla, verifica-se que essa acompanhou a tendência nacional, com redução acentuada na produção, no segundo trimestre do ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Os gêneros industriais que, em razão de sua maior participação na estrutura produtiva, mais influenciaram o desempenho total foram: metalúrgica (-13,7%); mecânica (-27,0%); química (-11,5%); vestuário e calçados (-11,4%); e produtos alimentares (-2,5%). Somente as indústrias produtoras de material elétrico e de material de transporte tiveram desempenho positivo, 13,9% e 4,3% respectivamente (Tabela 10).

Tabela 10

Taxas médias de crescimento da produção da indústria de transformação
do Rio Grande do Sul — 1990

(%)

CLASSE E GÊNEROS	TRIMESTRES			ACUMULADAS ATÉ OUTUBRO
	Primeiro	Segundo	Terceiro	
Indústria de transformação	1,0	-20,7	-9,3	-10,4
Minerais não-metálicos	1,2	-26,4	-14,2	-16,2
Metalúrgica	8,9	-30,2	-13,2	-13,7
Mecânica	21,4	-37,8	-20,8	-27,0
Material elétrico e telecomunicações	43,0	-9,1	13,1	13,9
Material de transporte	52,2	-29,9	8,5	4,3
Papel e papelão	6,3	-9,1	-15,2	-8,0
Borracha	11,9	-12,9	-8,6	-5,9
Química	-6,1	-23,5	-6,9	-11,5
Perfumaria, sabões e velas	-0,8	-11,4	-11,0	-7,9
Vestuário e calçados	-11,4	-14,6	-8,1	-11,4
Produtos alimentares	-0,5	-8,2	-3,5	-2,5
Bebidas	15,2	-14,8	-7,9	-6,3
Fumo	24,0	-7,3	-28,1	-0,4

FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior.

O resultado estimado para a atividade manufatureira estadual em 1990, associado com os dos anos anteriores, indica uma "performance" modesta para o período 1980-90, com uma taxa média de expansão do valor agregado de -0,2% a.a. Esse resultado, entretanto, não é uma peculiaridade do Estado, já que, no mesmo período, a indústria brasileira observou um incremento médio de -0,1% a.a. Se a tendência verificada no Estado não diferiu daquela apresentada a nível nacional, ao seccionar-se esse período, constata-se um arrefecimento da atividade fabril sulina nos últimos anos, "vis-à-vis" à brasileira, notadamente nos anos de recuperação da atividade — 1984, 1985 e 1986 — e após o ano de 1986 (Tabela 11).

Tal desempenho refletiu a retração do mercado interno nacional, principalmente em razão da deterioração dos níveis salariais, bem como a menor densidade de capital das indústrias gaúchas, que restringe, especialmente nos períodos de desaceleração da atividade econômica, a introdução de inovações tecnológicas no sentido de incrementar a produtividade. Além disso, a própria estrutura industrial do Estado, for-

temente vinculada ao setor agrícola⁴, setor este de parco crescimento no período, adicionou mais um empecilho à atividade.

Por outro lado, deve ser salientado o papel das exportações como fator contra-arrestor àqueles fatores. No período 1980-89, as exportações industriais do Estado apresentaram um crescimento de 9,6% a.a. O reflexo dessa expansão se fez sentir na maior participação da demanda externa em relação ao produto da indústria de transformação, que passou de 22,2% em 1980 para 31,2% em 1989. É importante realçar que também as exportações industriais do Estado sofreram uma desaceleração na segunda metade da década, enquanto as brasileiras apresentaram crescimento (Tabela 12).

Tabela 11

Taxas médias de crescimento anual, por períodos selecionados, do valor agregado da indústria de transformação do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1980-90

DISCRIMINAÇÃO	(%)				
	1980-85	1980-83	1985-90	1983-86	1986-90
Rio Grande do Sul	-0,6	-2,6	0,3	6,6	-3,2
Brasil	-0,6	-5,6	0,4	8,6	-2,1

FONTE: IBGE.

FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Para o Brasil, utilizou-se, no ano de 1990, a taxa estimada pelo IBGE referente ao desempenho até o terceiro trimestre.

⁴ As indústrias gaúchas ligadas ao setor agrícola, quer como demandadoras de insumos, quer como fornecedoras, e as produtoras de implementos agrícolas representam aproximadamente 40% do valor da produção do setor.

Tabela 12

Taxas médias de crescimento anual do valor das exportações industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil — 1980-89

	(%)		
DISCRIMINAÇÃO	1980-84	1984-89	1980-89
Rio Grande do Sul	16,1	4,7	9,6
Brasil	12,2	6,3	8,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CACEX.

Mesmo em um contexto nada auspicioso, é bom frisar que a indústria de transformação do Estado conseguiu lograr mudanças no seu perfil produtivo, durante a década de 80, ascendendo setores de maior densidade de capital (petroquímica, papel e papelão e complexo metal-mecânico principalmente) tanto na estrutura produtiva como na pauta de exportações.

Indústria da construção civil

Nas reestimativas efetuadas para o ano de 1989, encontrou-se uma taxa de crescimento positiva de 7,9% para a indústria da construção civil gaúcha, tendo essa superado tanto a marca dos 5,8% registrada para o produto global do Rio Grande do Sul quanto o incremento de 6,4% alcançado pelo setor a nível nacional. Pode-se ainda lembrar que as razões para tal "performance" residiram, principalmente, nas obras públicas realizadas pelo Governo do Estado e nos investimentos privados com financiamento próprio visando a compradores de elevado poder aquisitivo.

Já para 1990, as estimativas preliminares conduziram a uma taxa negativa de crescimento de 2,4%, a qual chega a ser surpreendente, quando comparada aos -3,5% registrados para o produto global da economia gaúcha e aos -9,25% assinalados pelo setor a nível nacional, até o terceiro trimestre de 1990.

Para que se possa compreender melhor tal "performance", é oportuno estruturar uma avaliação dos condicionantes que se manifestaram ao longo do ano de 1990 e estabelecer uma periodização: até meados de março (pré-Plano Collor), março a setembro e pós-setembro.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, até meados de março de 1990, a indústria da construção vinha a "pleno vapor", estando presentes e predominando fatores de estímulo a um desempenho bastante positivo. Ou seja, foi mantido um elevado patamar nos gastos estaduais com obras públicas, bem como prosseguiram as construções de alto padrão para investidores com elevado nível de renda.

A partir da implantação do Plano Collor, mudou radicalmente o cenário sócio-econômico do País, afetando principalmente a liquidez dos agentes econômicos privados. Em tal contexto, especialmente no âmbito das obras privadas, residenciais ou não, seguiu-se um delicado período de renegociação entre construtoras e investidores, objetivando redefinir cronogramas, custos, parada ou não de obras, de modo a fazer face às novas condições vigentes na economia. O resultado "líquido" de tais negociações parece ter sido a manutenção de um nível regular de atividades na área habitacional e a conclusão de grandes "shopping centers" e centros atacadistas na área de imóveis comerciais, no Estado.

Além disso, pode-se igualmente observar que o ano de 1990 foi marcado pelas pequenas reformas e pelo trabalho de autônomos, configurando uma atividade plenamente compatível com o novo quadro de arrocho salarial, desemprego e bloqueio de recursos dos poupadores.

Por seu turno, deve ser lembrado que a esfera governamental não teve seus recursos bloqueados, sendo garantida aos estados e municípios a conversão de 100% de suas aplicações e da própria arrecadação. Houve, inclusive, um estímulo implícito adicional objetivando o aumento da arrecadação de tributos, ao ser permitido que os contribuintes pagassem tais obrigações usando recursos bloqueados. Assim, tornou-se possível manter — mesmo no contexto geral de crise que marcou o País em 1990 — um significativo montante de recursos públicos estaduais orientados para o setor da construção.

Foi a partir de setembro que se fizeram sentir os efeitos da crise mais ampla, passando a arrecadação pública a evoluir mais lentamente e surgindo duas ordens de problemas: a) o volume mensal dos gastos com obras públicas, que andava em torno de Cr\$ 5 bilhões, caiu para Cr\$ 1,5 bilhão e passou a provocar uma considerável desaceleração nas atividades das construtoras; b) o não-equacionamento de uma dívida

de Cr\$ 11,5 bilhões (correspondendo Cr\$ 10 bilhões ao setor de estradas e Cr\$ 1,5 bilhão à área de edificações, escolas, etc.), pendente desde agosto de 1990 (ZH, 1991).

Desse modo, embora sendo inegável que o setor da construção civil foi um dos mais atingidos com o Plano Collor, no caso do Rio Grande do Sul seus impactos foram mais amenizados justamente pela manutenção dos gastos com obras públicas. As perspectivas com relação a tais gastos não se mostram promissoras com o previsível agravamento da recessão para 1991.

Serviços

O setor serviços, com peso significativo no produto global, apresentou um desempenho positivo de 0,2%, ligeiramente superior ao verificado pelo setor a nível nacional, que foi de -0,1%, segundo informações do IBGE, até o terceiro trimestre de 1990. Esse comportamento reflete tanto a dependência da economia do Rio Grande do Sul com relação à brasileira quanto o que ocorre regionalmente com os setores produtivos agricultura e indústria, aos quais os serviços estão fortemente atrelados.

Dentre os vários subsetores que compõem os serviços, pode-se destacar a participação do comércio, que representa 34,72% na estrutura setorial e 20,44% na global. O modesto crescimento de 0,2% do produto dos serviços deve-se, em grande parte, ao fraco desempenho do subsetor comércio, que foi negativo em 8,0%, com decréscimo mais acentuado do que o verificado a nível nacional (-5,5%). Essa queda foi reflexo da política econômica adotada pelo Governo, bem como da maior retração verificada na agropecuária e na indústria estaduais, segmentos estes responsáveis pela geração da demanda comercial. Utilizando-se os dados disponíveis para Porto Alegre, no período de janeiro a novembro de 1990, contra igual período do ano anterior, constata-se que as vendas de bens de consumo duráveis apresentaram uma retração de 11,4%, as de bens de consumo não duráveis, uma queda de 24,7%, enquanto, no global, a comercialização caiu 16,7% (TV, 1990).

Dentro desse quadro, deve-se destacar, entretanto, o desempenho do subsetor comunicações, que cresceu 13%, o que evitou que o comportamento do produto do setor serviços fosse ainda menor.

Tabela 13

Taxas de crescimento do PIB do setor serviços
do Rio Grande do Sul — 1989-90

	(%)			
ANOS	COMÉRCIO	COMUNICAÇÕES	DEMAIS SUBSETORES	TOTAL
1989	3,7	12,0	4,5	4,7
1990 (1)	-8,0	13,0	1,6	0,2

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 14

Estrutura nominal do PIB do setor serviços e participação
percentual no PIB global do Rio Grande do Sul — 1989-90

	(%)			
DISRIMINAÇÃO	ESTRUTURA NOMINAL DO PIB DO SETOR SERVIÇOS		PARTICIPAÇÃO NO PIB GLOBAL	
	1989	1990 (1)	1989	1990 (1)
Comércio	34,32	34,72	19,04	20,44
Demais subsetores	65,68	65,28	36,44	39,21
Total do setor serviços	100,00	100,00	55,48	59,65

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Outro indicador importante é a absorção de mão-de-obra pelo setor, atualmente ao redor de 60% da População Economicamente Ativa (Pesq. Mens. Emp., 1990). No entanto, o seu perfil agora apresenta um outro padrão, crescendo, a cada dia, os subempregos da economia informal, bem como os já institucionalizados empregos temporários, onde se dispensam os encargos sociais.

Assim sendo, devido ao mau desempenho da economia em geral e ao modesto crescimento do setor serviços em particular, constata-se que a taxa de desemprego aberto nos segmentos comércio, serviços e outras atividades passou, respectivamente, de 2,9%, 1,5% e 1,3% em outubro de 1989 para 4,2%, 3,5% e 1,1% em outubro de 1990 (Pesq. Mens. Emp., 1990).

Bibliografia

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1990). Rio de Janeiro, IBGE. out.

TERMÔMETRO DE VENDAS (1990). Porto Alegre, FEE. nov.

ZERO HORA (3.1.91). Porto Alegre. p.19.

Anexo

Tabela 1

Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas,
em valores correntes, do Rio Grande do Sul — 1986-89

	(Cr\$)			
ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988	1989 (1)
Produto Interno Bruto (cf).....	247 867 862	723 802 255	(1)5 206 322 712	80 266 402 415
Agricultura.....	26 778 153	78 878 067	(1) 500 783 084	7 207 396 102
Indústria.....	73 945 188	248 273 887	1 918 898 287	28 525 964 562
Indústria de transformação.....	63 598 699	208 654 611	1 652 899 235	24 540 882 736
Construção Civil.....	7 028 469	25 222 956	165 779 722	3 034 135 581
Serviços industriais de utilidade pública..	3 051 881	13 860 209	96 524 293	911 784 584
Extrativa mineral.....	266 139	536 111	3 695 037	39 161 661
Serviços.....	147 144 521	396 650 301	2 786 641 341	44 533 041 751
Comércio.....	47 260 759	120 431 996	842 420 690	15 284 838 357
Transportes.....	7 908 658	26 128 356	217 002 482	3 124 835 221
Comunicações.....	1 560 954	6 050 206	47 603 604	864 210 687
Intermediários financeiros.....	21 393 492	70 531 303	602 673 083	9 136 756 118
Governos.....	21 656 662	54 000 800	325 074 610	5 243 947 771
Aluguéis.....	15 088 858	29 002 913	126 295 588	1 881 619 994
Outros serviços.....	32 275 138	90 504 727	625 571 284	8 996 833 603

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Reestimativa.

Tabela 2

Índices do Produto Interno Bruto a custo de fatores, a preços constantes, por ramos de
atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1986-89

ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988	1989 (1)
Produto Interno Bruto (cf).....	180,33	180,23	(1)173,58	183,62
Agricultura.....	104,92	134,67	(1)124,76	148,04
Indústria.....	188,07	189,49	182,33	186,92
Indústria de transformação.....	186,54	185,70	178,99	182,11
Construção civil.....	150,56	152,72	148,08	159,81
Serviços industriais de utilidade pública..	313,40	361,10	336,10	351,90
Extrativa mineral.....	297,07	263,83	275,53	255,97
Serviços.....	202,31	190,72	185,52	194,20
Comércio.....	135,15	109,15	94,52	98,02
Transportes.....	167,59	175,57	184,63	189,45
Comunicações.....	694,71	737,30	796,83	892,64
Intermediários financeiros.....	216,98	220,23	239,84	256,63
Governos.....	314,45	323,63	322,23	338,15
Aluguéis.....	202,93	211,24	221,27	232,67
Outros serviços.....	236,58	204,25	179,93	182,64

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Os dados têm como base 1975=100.

(1) Reestimativa.

Tabela 3

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1986-89

	(%)			
ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988	1989 (1)
Produto Interno Bruto (cf).....	8,8	-0,1	(1)-3,7	5,8
Agricultura.....	-16,8	28,4	(1)-7,4	18,7
Indústria.....	14,1	0,8	-3,8	2,5
Indústria de transformação.....	15,5	-0,4	-3,6	1,7
Construção civil.....	12,3	1,4	-3,0	7,9
Serviços industriais de utilidade pública..	1,8	15,2	-6,9	4,7
Extrativa Mineral.....	8,0	-11,2	4,4	-7,1
Serviços.....	12,2	-5,7	-2,7	4,7
Comércio.....	8,2	-19,2	-13,4	3,7
Transportes.....	5,5	4,8	5,2	2,6
Comunicações.....	8,7	6,1	8,1	12,0
Intermediários financeiros.....	-4,6	1,5	8,9	7,0
Governo.....	21,0	2,9	-0,4	4,9
Aluguéis.....	5,2	4,1	4,7	5,2
Outros serviços.....	31,5	-13,7	-11,9	1,5

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Reestimativa.

Tabela 4

Estrutura do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1986-89

	(%)			
ESPECIFICAÇÃO	1986	1987	1988	1989 (1)
Produto Interno Bruto (cf).....	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura.....	10,80	10,90	(1)9,62	8,98
Indústria.....	29,83	34,30	36,86	35,54
Indústria de transformação.....	25,66	28,83	31,75	30,57
Construção civil.....	2,84	3,48	3,18	3,78
Serviços industriais de utilidade pública..	1,23	1,91	1,85	1,14
Extrativa mineral.....	0,10	0,08	0,08	0,05
Serviços.....	59,37	54,80	53,52	55,48
Comércio.....	19,07	16,64	16,17	19,04
Transportes.....	3,19	3,61	4,17	3,89
Comunicações.....	0,63	0,84	0,91	1,09
Intermediários financeiros.....	8,63	9,74	11,58	11,38
Governo.....	8,74	7,46	6,24	6,53
Aluguéis.....	6,09	4,01	2,43	2,34
Outros serviços.....	13,02	12,50	12,02	11,21

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Reestimativa.

Tabela 5

PIBcf total, população e PIBcf "per capita" do Rio Grande do Sul — 1986-89

ANOS	PIBcf TOTAL					PIBcf "PER CAPITA"			
	Valores em Preços Correntes (Cr\$)	Índices do Produto Real		Deflatores Implícitos do Produto		POPULAÇÃO (1 000 hab.)	Valores em Preços Correntes (Cr\$)	Índices do Produto "Per Capita"	
		Base 1975	Variação anual (%)	Base 1975	Variação anual (%)			Base 1975	Variação anual (%)
1986	247 867 862	180,33	8,8	179 697,73	145,2	8 467	29,27	154,62	7,3
1987	723 802 255	180,23	-0,1	525 030,83	192,2	8 588	84,28	152,36	-1,5
1988	5 206 322 712	173,58	-3,7	3 921 280,03	646,9	8 709	597,81	144,70	-5,0
1989	80 266 402 415	183,62	5,8	57 149 043,02	1 357,4	8 827	9 093,28	151,02	4,4

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 6

PIBcf total e PIB "per capita", a preços correntes e constantes, do Rio Grande do Sul — 1980-89

ANOS	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES (US\$ de 1989)	
	PIB Total (US\$ 1 000)	PIB "Per Capita" (US\$)	PIB Total (US\$ 1 000)	PIB "Per Capita" (US\$)
1980	17 345 396	2 231,21	25 562 701	3 288,23
1981	18 378 429	2 332,58	24 693 570	3 134,10
1982	20 216 272	2 528,30	25 533 151	3 193,24
1983	21 340 781	2 630,44	25 941 681	3 197,54
1984	23 470 690	2 851,50	27 524 124	3 343,96
1985	25 062 273	3 001,47	28 542 517	3 418,27
1986	27 980 796	3 304,69	31 054 258	3 667,68
1987	28 837 087	3 357,84	31 023 204	3 612,39
1988	28 695 611	3 294,94	29 878 448	3 430,76
1989	31 605 422	3 580,54	31 605 422	3 580,54

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Para 1980 (ano-base), o PIB foi convertido em dólares pela taxa média de câmbio, considerando-se para os demais anos as taxas de crescimento real do PIB e o Deflator Implícito do Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos (GNP-IPD).